



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação e respectivas questões

Os solos são recursos importantes para o desenvolvimento de qualquer cidade. A economia de Macau tem-se desenvolvido nestes últimos anos, o que só veio aumentar, gradualmente, a procura de solos. Se os recursos de solos não forem utilizados e distribuídos de forma racional, vão prejudicar gravemente a sociedade e a vida da população. E se a esta situação acrescer a falta de rigor na execução da lei e o seu incumprimento, os solos, enquanto recursos precisos de Macau, vão passar a ser apenas objectos para aquisição, por parte dos aristocratas e dos poderosos, e vão ainda constituir um berço para a engorda dos corruptos à custa dos prejuízos para a população. Por isso, só mediante a resolução dos problemas a partir da sua fonte é que Macau vai poder desenvolver-se de forma saudável. E o Governo da RAEM não pode, em absoluto, esquivar-se às suas responsabilidades nesta matéria.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em 2006 descobriu-se o caso de corrupção Ao Man Long, ex-secretário para os Transportes e Obras Públicas. O então Secretário Ao concedeu ilegalmente parcelas de terreno, tendo o Governo da RAEM realizado, posteriormente, os respectivos trabalhos de acompanhamento dessas concessões. Qual é o ponto de situação dos referidos trabalhos? As referidas concessões foram canceladas, de acordo com a lei? As parcelas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de terreno concedidas ilegalmente foram retomadas? Quantas parcelas de terreno concedidas ilegalmente ainda estão em fase de tratamento?

2. Em 2008, o Governo da RAEM não ligou importância às solicitações da sociedade quanto ao aproveitar de terrenos para a construção de habitações públicas, insistindo antes em vender, através de concurso público, dois terrenos sitos na Baía Sul e Norte de Fái Chi Kei, terrenos estes que acabaram por ser adjudicados a um construtor que estava a construir um prédio nas proximidades. Mas já se passaram quatro anos e os dois terrenos continuam por aproveitar. Embora os serviços competentes tenham afirmado, recentemente, que iam acompanhar o caso, a situação continua na mesma. O que é que o Governo vai fazer para resolver a questão dos terrenos desaproveitados por aquele construtor que goza de uma sólida situação financeira? Vai retomar os referidos terrenos para a construção de habitações públicas, pondo assim fim às suspeitas de nepotismo e cedência de interesses?

3. O Governo pode divulgar, clara e minuciosamente, dados sobre o número de terrenos desaproveitados existentes na RAEM? E a fim de cumprir a sua promessa de ser um governo transparente, vai ainda informar o público acerca da forma como vai resolver a situação?

18 de Abril de 2012.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Chan Wai Chi